

■ POLÍTICA

Semana decisiva para o futuro de ACM e Arruda

Parecer de Saturnino propõe a cassação e abre espaço para disputa jurídica; os acusados se defendem e repetem que não vão renunciar

Francisco Cámpera e João Domingos
de Brasília

Os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) têm uma semana apenas para decidir se renunciam ou não aos seus mandatos, única possibilidade segura de manter seus direitos políticos se quiserem candidatar-se a cargos eletivos no ano que vem.

Se os senadores acusados de participação na quebra do sigilo do painel de votação resolverem esperar a abertura do processo no Conselho de Ética, não adiantará mais renunciar para garantir os direitos políticos. A Emenda Constitucional de Revisão nº 6 diz que, aberto o processo, a renúncia não suspende os efeitos da punição. A perda dos direitos políticos resultante de cassação é de oito anos.

Os senadores afirmaram ontem que não renunciarão. Eles viram pelo circuito interno de televisão de seus gabinetes a sessão do Conselho de Ética e a leitura do relatório do senador Ro-

berto Saturnino (PSB-RJ), que concluiu pela perda do mandato, por quebra do decoro. Antonio Carlos parecia tranquilo; Arruda, não. O ex-líder do governo continua tenso, revoltado, achando-se vítima de uma injustiça.

Logo depois da leitura do relatório pelo senador Saturnino, Antonio Carlos recebeu seus advogados. A chefia da equipe foi entregue ao criminalista Márcio Thomaz Bastos, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), ligado à defesa dos direitos humanos e ao PT. Bastos afirmou que Saturnino extrapolou em seu relatório pois, ao pedir a abertura de processo de cassação, fez um julgamento exclusivamente político e não deu imponência aos memoriais de defesa.

Na sessão de ontem, segundo Bastos, Saturnino deveria somente ter sugerido a abertura do processo por quebra de decoro e nunca a pena de cassação do mandato. Isso, afirma o advogado de defesa de Antonio Carlos, fará com que seja travada uma lu-

ta jurídica para que a votação do parecer de Saturnino no Conselho de Ética seja secreta, pois o documento trata do mérito da punição. O presidente do Conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS), decidiu que a votação será aberta. Mas os senadores ligados a Antonio Carlos querem o contrário.

Na avaliação de vários senadores, entre eles alguns de oposição e outros ligados ao governo, ao pedir a pena de cassação dos dois senadores, Roberto Saturnino abriu brechas para que a defesa de Antonio Carlos e de Arruda aja. "O julgamento é político, mas a decisão política não pode estar acima das normas jurídicas e do Estado de direito", disse Thomaz Bastos. E citou um exemplo do que não pode ser feito politicamente: "A oposição incomoda o governo, mas nem por isso pode-se reunir 41 senadores e se decidir pela cassação dos oposicionistas. Se isso acontecesse, seria uma decisão política, mas um absurdo jurídico."

Antonio Carlos e Arruda atacaram o parecer de Saturnino. O ex-presidente do Senado disse que o relatório foi político demais. Lembrou ainda que, durante a leitura, o relator disse uma frase enigmática: "A verdade ainda está por ser desvendada". Isso, segundo Antonio Carlos, mostra que o relator ainda não tem certeza do que está julgando. Em seguida, Antonio Carlos disse que Saturnino foi fachoso, confuso e que, diante do resultado do seu trabalho, deveria se declarar sob suspeição, pois está prejulgando.

José Roberto Arruda, que visivelmente encontra-se mais magro, continua abatido. Repete sempre sua frase preferida: "Não matei, não roubei, não corrompi. Não posso ser submetido à pena capital". Arruda não tem mais partido. Isso o torna frágil do ponto de vista político. Mas ele tem se agarrado à tese da defesa de Antonio Carlos. É como se seguisse os passos daquele que, segundo ele, deu a ordem para a violação do painel do Senado. Toda vez que Antonio Carlos diz que não vai renunciar, Arruda fala o mesmo.

No relatório, Saturnino afirmou que Antonio Carlos e Arruda, ao participarem da violação do painel eletrônico e mentirem em plenário, "mancharam indelevelmente a imagem do Senado Federal, ameaçando as instituições democráticas, em um precedente impossível de subestimar".

Além de afirmar que os dois senadores quebraram o decoro parlamentar ao participarem da violação do painel do Senado na sessão do dia 28 de junho de 2000, que cassou o mandato de Luiz Estevão (PMDB-DF), Saturnino disse que eles praticaram crime de improbidade administrativa. Segundo Saturnino, Antonio Carlos, na condição de presidente do Senado, deveria ter zelado para que nenhuma regra fosse descumprida.

Depois de admitir que havia recebido a lista secreta dos senadores com os votos contrários e a favor de Luiz Estevão, de tê-la lido, feito alguns co-

mentários com Arruda e de rasgá-la, Antonio Carlos alegou "razões de Estado" para não mandar investigar a violação do painel. Segundo o senador baiano, se vazasse a informação de que a lista de votação era conhecida, Luiz Estevão poderia requerer a anulação do processo. Por isso, decidiu guardar segredo da violação.

Mas, para Saturnino, nada do que o ex-presidente do Senado fez caracteriza "razão de Estado". Para o relator, "razão de Estado" pode ser alegada quando as instituições democráticas encontram-se sob ameaça. A cassação de Luiz Estevão não ameaçou o Estado de direito brasileiro.

Assim que Saturnino acabou de ler o seu relatório, os senadores Paulo Souto e Waldeck Ornelas, ambos do PFL da Bahia, atacaram o trabalho do senador socialista. Afirmaram ainda que a votação do relatório não poderá ser secreta, porque Saturnino entrou

no mérito. Ameaçaram até recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) com mandado de segurança contra decisão de do presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet (PMDB-MS), que garantiu o voto aberto. "Não tem problema estamos num País democrático", disse Tebet ao saber da ameaça.

Se perderem a batalha regimental no Conselho de Ética, os senadores aliados a Antonio Carlos vão transferir as suas forças para a Comissão de Constituição e Justiça, etapa seguinte, caso seja aprovado o parecer de Saturnino Braga. Paulo Souto acha que na CCJ poderá haver mais espaço para discutir as dúvidas regimentais e jurídicas. Essa comissão é presidida por Bernardo Cabral (AM), do PFL de Antonio Carlos.

O corregedor-geral do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), disse que por várias vezes lembrou a todos que os procedimentos teriam de ser seguidos à risca, sob pena de o processo ser tumultuado. "Quando eu lembra desses detalhes muita gente me criticava", disse Tuma. Outro problema que será resolvido na próxima semana é o da substituição de José Roberto Arruda no Conselho de Ética.

O suplente de Arruda, Antero Paes de Barros (PSDB-MT), apresentou um requerimento pedindo a substituição de Arruda por excesso de faltas. Segundo ele, das nove sessões, o titular não apareceu em nenhuma. Antonio Carlos criticou Paes de Barros. "Que coisa feia; querer tomar o lugar do colega". Mas Arruda deixou no ar a informação de que não comparecerá à sessão do conselho que vai decidir o seu futuro. "Vou me comportar como tenho feito até agora". Como até agora ele não foi ao Conselho de Ética, presume-se que de novo não irá.

Se Arruda comparecer, porém, é provável que possa votar contra sua própria cassação, porque Ramez Tebet não vê como substituí-lo. "É paradoxal Arruda participar da votação, mas infelizmente o regimento é claro. Este é um problema de ética interior."